



PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 548, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais, através de seus representantes legais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público dos órgãos da Administração Pública municipal direta e indireta, nas condições e prazos nela previstos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei caracteriza-se a necessidade temporária quando:

I – os serviços não puderem ser atendidos com os recursos humanos de que dispõe a Administração Pública, ou;

II – Os serviços forem de natureza transitória.

Art. 3º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público os serviços indispensáveis:

I – à assistência de situação declarada de calamidade pública;

II – à assistência a emergência em saúde pública e ambiental;

III – à admissão de pessoal para cumprir carência na Administração Pública Municipal, obedecidos aos seguintes requisitos:

a) somente poderá haver contratação, nos termos desta Lei, se a carência possa provocar deficiência no serviço público;

b) a contratação somente vigorará até o preenchimento das vagas, através de concurso público;

c) não poderá ser feita contratação se for possível o suprimento da carência, através de remanejamento de pessoal dentro da própria administração.

IV – à admissão de pessoal indispensável para funcionamento dos Programas ou Projetos criados pelos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal, bem como para os Programas ou Projetos transitórios criados pelo Município;

V – à execução de Convênios que venham a atender a satisfação do interesse público;

VI – à coleta de dados, realização de recenseamentos ou pesquisas;

VII – ao atendimento de outras situações de urgência definidas em lei.

Art. 4º O recrutamento de pessoal a ser contratado poderá ser feito através de processo seletivo simplificado, de comprovação de experiência do profissional e/ou análise curricular.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Prof. Ismael Furtado nº 335 - Centro

Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

Art. 5º As contratações serão feitas por tempo determinado obedecidos os seguintes prazos:

I – seis meses, nos casos previstos nos incisos I, II e VI, do art. 3º desta Lei;

II – um ano, nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VI e VII, do art. 3º desta Lei;

Parágrafo Único. É admitida a prorrogação dos contratos temporários, podendo o chefe do Poder Executivo, desde que amplamente justificado, autorizar a dilação dos prazos dos incisos I e II pelo prazo de cento e vinte dias.

Art. 6º As despesas decorrentes de contratações feita com base na presente Lei correrão à conta das dotações orçamentarias de pessoal específicas de cada Unidade Orçamentária previstas nos respectivos orçamentos.

§ 1º O órgão ou a secretaria solicitante da contratação temporária formalizará requerimento ao prefeito Municipal;

§ 2º Caberá à Divisão de Recursos Humanos a confecção dos instrumentos contratuais e a tomada de assinaturas

Art. 7º As contratações deverão observar as seguintes condições:

I - Os vencimentos e/ou remuneração dos servidores a serem contratados deverão ser os mesmos previstos no plano de cargos e salários do Município;

II – Os servidores a serem contratados deverão atender à exigência do mesmo nível de escolaridade e demais requisitos para o provimento do cargo;

III – a carga horária semanal do servidor contratado deverá corresponder à prevista para as funções a serem desempenhadas.

Art. 8º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior.

Art. 9º Os contratados nos termos da presente Lei estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas.

Art. 10. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluídas no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa e contraditório.

Art. 11. O tempo de serviço prestado em virtude da contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 12. Ocorrerá à rescisão contratual:

I – a pedido do contratado;

II – pela extinção ou conclusão do programa, projeto ou convênio;

III – quando o contratado incorrer em falta disciplinar;

IV – pelo término do prazo contratual;

V – Quando da nomeação de aprovados em concurso público para os cargos do pessoal contratado.

Parágrafo Único. A extinção do contrato pela Administração Pública será comunicada com antecedência mínima de trinta dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro

Site: www.carmodoparanaiba.mg.leg.br

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

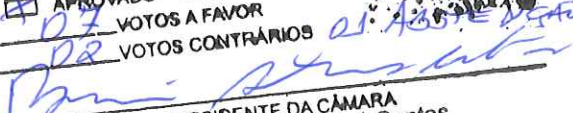
Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.820, de 24 de janeiro de 2006, e a Lei Municipal nº 1.848, de 31 de julho de 2006.


Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba-MG, 15 de dezembro de 2016.


ROMIS ANTÔNIO DOS SANTOS
- Presidente -


JADER QUINTINO ALVES
- Vice-Presidente -

VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO
CÂMARA MUNICIPAL - CARMO DO PARANAÍBA
PROJETO ☒ DE LEI ☐ DE RESOLUÇÃO Nº 057/2015
DATA DA VOTAÇÃO 15/12/2016
☒ APROVADO ☐ REJEITADO
07 VOTOS A FAVOR 01 VOTOS CONTRÁRIOS

PRESIDENTE DA CÂMARA
Romis Antônio dos Santos
Presidente
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba

A SANÇÃO
Sala das Sessões 15/12/16

Presidente
Romis Antônio dos Santos
Presidente
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba

OBS.: Proposição originária do Projeto de Lei nº 057/2015, de autoria do chefe do Poder Executivo, protocolizado no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL, no dia 09 de dezembro de 2015.